

Informação e educação popular — o conhecimento social no campo da saúde

Regina Maria Marteleto

Doutora em Comunicação e Cultura, ECO/UFRJ
Professora da Escola de Ciência da Informação, UFMG
Pesquisadora, IBICT/MCT

Victor Vincent Valla

Doutor em História, USP
Pesquisador, Departamento de Endemias Samuel Pessoa, ENSE FIOCRUZ
Professor da Faculdade de Educação, UFF

No Brasil, como em outros países da América Latina, os movimentos e redes sociais, grupos, entidades, lideranças comunitárias, ONGs e demais instâncias representativas da sociedade civil fizeram ao longo do tempo e através da própria prática, uma crítica ao modelo vigente de conhecimento. Construíram novos espaços de produção, discussão e difusão de um tipo de conhecimento que se forma e se justifica pela prática, o chamado conhecimento social. Nesse caminho, esses representantes da sociedade civil organizada contaram com a assessoria de intelectuais oriundos de diferentes campos instituídos como as universidades, igrejas, partidos políticos, sindicatos, orientados, no seu pensar e agir, pelos pressupostos da Educação Popular. Ao longo da sua história e das suas ações de intervenção social, esse conjunto de atores produziu uma maneira própria de gerir os conhecimentos e de organizar a comunicação e os fluxos das informações. Empregam-se alguns pressupostos e os conceitos de construção compartilhada do conhecimento e terceiro conhecimento, oriundos da Educação Popular e da Antropologia da Informação, respectivamente, para refletir sobre as disputas simbólicas que se constituem nesses espaços sociais no campo da saúde.

Palavras-chave: Conhecimento; Conhecimento social; Informação e sociedade; Informação e saúde

Recebido em: 06.05.2003 Aceito em: 30.07.2003

Introdução

Este artigo tem como marco histórico uma parceria de trabalho e pesquisa entre a Antropologia da Informação – AI – e grupos ligados à Educação Popular e Saúde – EPS –, que se uniram, primeiro como pesquisador e pesquisado, respectivamente, e, em seguida, como parceiros em projetos integrados e interinstitucionais de pesquisa.

Essa parceria foi possível porque ambas as áreas, cada uma no seu campo mais específico de investigação, estão preocupadas com questões muito próximas, a maior parte delas ligadas à construção e organização do conhecimento social. Alguns desses princípios comuns podem ser resumidos em: ênfase na ação e no saber local; crença no valor do conhecimento – teórico, histórico, prático – para a transformação, desenvolvimento e democratização da sociedade; deslocamento da abordagem e das políticas do conhecimento e da informação dos grandes ambientes estatais e privados para os espaços sociais; preocupação com as novas formas de organização, em rede, dos movimentos sociais e sua potencialidade; foco nas formas de produção, organização e comunicação do conhecimento prático e suas interfaces com os ambientes formais de informação no campo da saúde; reconhecimento da existência de formas diferenciadas de produzir conhecimentos para embasar estratégias de ação política.

A convergência dos temas e questões investigados pelos dois grupos já se apresenta a partir da própria educação popular, cujos princípios serviram como base política e filosófica para a formulação daquilo que hoje se entende por conhecimento social ou conhecimento prático, aquele que é produto e condição do trabalho e da cidadania.

Estudar a construção e apropriação do conhecimento na sociedade e, mais especificamente, na sociedade civil organizada, torna-se especialmente pertinente no mundo de hoje, com a chamada globalização, quando emergem diversos problemas e novos processos econômicos, políticos e sócio-culturais que fazem com que o Estado, o mercado, a sociedade civil e seus diferentes atores busquem, por diferentes meios, responder aos desafios da reorganização do capitalismo em escala global. Nesse contexto, a questão do conhecimento e do acesso à informação torna uma nova e expressiva relevância no processo de desenvolvimento econômico, no exercício da cidadania, na educação e no trabalho.

Para discutir esse temas, apresentam-se, neste artigo, os princípios e questões básicas da Antropologia da Informação, da Educação Popular e do seu desdobramento como Educação Popular e Saúde. O foco é dirigido principalmente para o conhecimento social e suas formas de produção, organização e apropriação, com base em dois conceitos construídos nos caminhos das pesquisas e das práticas de intervenção social na saúde: *construção compartilhada do conhecimento e terceiro conhecimento*.

Informação e conhecimento social

O novo cenário desse início de século coloca em questão as práticas e as concepções teóricas da sociedade e as próprias ciências sociais, dentre elas as ciências da informação e da comunicação. Enfrentam-se novas perguntas e desafios inéditos. Este é, portanto, um momento histórico privilegiado para a

criação, mas as respostas às novas perguntas não vão surgir de outro lugar que não seja a experiência histórica acumulada.

A partir dos últimos anos, cientistas sociais, especialistas de ONGs, lideranças populares e comunitárias na América Latina procuram refletir sobre como organizar, gerir e reeditar os conhecimentos e as experiências acumuladas nas práticas de mobilização e intervenção social ao longo do tempo.

Autores como G. Orozco, J. Martín-Barbero e E. Verón desenvolveram modelos teóricos e operacionais para estudar as mediações nos processos e práticas sociais e definem a mediação como o lugar e o tempo a partir dos quais se outorga significado à comunicação e à informação e se produz o sentido. Outro grupo de especialistas como O. Jara H.; B. Toro; P. de Zutter e M. M. Bamechea, no contexto dos novos construtos necessários à renovação teórico-prática dos movimentos sociais na sociedade da informação e da centralidade do conhecimento como pólo irradiador do imaginário e das experiências dos sujeitos, sugerem o termo *sistematização* para se referir aos processos de gestão do saber social.

Jara (1998) entende que a sistematização, como exercício rigoroso de aprendizagem e interpretação crítica dos processos vividos, segue sendo uma tarefa pendente e hoje — mais do que nunca — pode contribuir de forma decisiva para recriar as práticas dos movimentos sociais e renovar a produção teórica das ciências sociais, a partir da experiência cotidiana dos povos da América Latina, em particular daquelas comprometidas com processos de educação e organização popular. Sistematizar significa, portanto, um esforço que é, ao mesmo tempo, de interpretação e de transformação da realidade: um processo que se, por um lado, orienta e ordena o pensamento de especialistas e cientistas sociais, por outro, constrói identidade e produz unidade nas organizações e movimentos sociais, abrindo espaço para a renovação da teoria e da prática. Nessa nova proposta está contida muito mais a idéia de interpretação crítica da realidade vivida — objetivando a experiência —, do que a pura recuperação histórica e a organização das informações. O desafio está em ir além dos aspectos narrativos e descritivos dessas experiências.

Nos estudos e práticas dos movimentos de educação e cultura popular, nos quais se elaboraram críticas e alternativas de comunicação e de informação, a visão pedagógica (professor/aluno; conhecedor/aprendiz) cria uma tensão, às vezes camuflada, entre os *atores da prática* (receptores) e os *teóricos* (produtores) de conhecimentos e informações. Na verdade, a tensão tem dimensões políticas, culturais, históricas entre o lugar social e as formas de conhecer dos sujeitos nos movimentos. Na educação popular e saúde, por exemplo, especialistas, lideranças, agentes de ONGs, técnicos dos serviços de saúde, grupos comunitários, testam e atestam, nas suas práticas coletivas, o reconhecimento das suas diferenças (discursivas, informacionais) e o peso simbólico relativo dos conhecimentos próprios que produzem.

Examinar as dimensões informacionais envolvidas nas práticas e representações dos sujeitos nas redes sociais que têm como foco de mobilização as questões da saúde leva, como primeiro passo, a novas leituras sobre o que seja informação, conhecimento, comunicação.

No campo de estudos da ciência da informação, tradicionalmente se considera a informação como evento, fenômeno ou processo associado, por sua natureza pedagógica, ao conhecimento e à comunicação e, por decorrência, à memória, ao registro, à permanência das idéias no tempo e espaço históricos.

A maior dificuldade em definir informação e os conceitos correlatos de conhecimento e comunicação nesse contexto decorre, fundamentalmente, do

caráter abstrato dos três, ainda mais quando se trata de associá-los para estudar dimensões da realidade social. São idéias que, na prática social, definem-se, constituem-se e modificam-se pelo uso, tensão ou combinações de experiências e saberes. Esses conceitos se concretizam na relação entre os sujeitos, suas lutas, seus tempos e seus espaços. Desse triângulo — conhecimento, comunicação, informação — constrói-se o conceito de *terceiro conhecimento*, noção relacionada à ação, ligada, de um lado, aos meios (de produção, apropriação e disseminação) e, de outro, aos usos, que compõem sua faceta mais indeterminada e instável e que, portanto, abrem brechas para novas mediações, sentidos e realidades.

Nas redes sociais existe um reconhecimento da importância de muitos tipos diferentes de conhecimentos — tácito, vivido, teórico, histórico, prático — para a compreensão dos problemas e orientação das ações. O valor que é dado a essas formas de conhecimento cotidiano surge de um sentido de si mesmos que os atores elaboram enquanto agentes da mudança social. Sendo assim, nesses espaços, o *conhecimento* e a *ação* estão intimamente interligados.

As novas formas que surgem de combinar conhecimento teórico e prático, a importância distinta e essencial de cada um deles para uma compreensão mais apropriada de como alcançar os objetivos é o que os atores denominam *processos de construção compartilhada do conhecimento*.

Os estudos mais recente da área de comunicação na intervenção social chamam o resultado dessas interações de *saber social*, aquele que nasce como potencialidade, do diálogo entre o saber cultural, ligado à experiência e o saber acadêmico-científico. Os autores que seguem essa linha entendem que se, por um lado, o saber acadêmico é capaz de sistematizar o saber cultural, este último tem maior impacto quando se transforma em cultura, entendida como vivência. O conhecimento social se pode definir como o conjunto de saberes, práticas, destrezas, procedimentos, valores, símbolos, ritos e sentidos que permitem a uma sociedade sobreviver, conviver, produzir e dar sentido à vida (Toro e Rodríguez, 2001, p. 12).

Para situar a questão informacional nos ambientes do conhecimento social, estudam-se os processos pelos quais o diálogo, a disputa, o estranhamento e o compartilhamento entre diversas formas de saber podem produzir matéria informacional e interação comunicacional para que os diferentes saberes sociais se convertam em cultura, isto é, modos de pensar, sentir e atuar no cotidiano para a transformação da sociedade e o fortalecimento das identidades coletivas e individuais.

As pesquisas até agora conduzidas pelo grupo da Antropologia da Informação com o construto *terceiro conhecimento*, que será desenvolvido em outra parte deste artigo, estão próximas do universo da intervenção e da sistematização do conhecimento social. Elas devem, portanto, contribuir, teórica e operacionalmente, para a construção de uma outra epistemologia social que aponte para possibilidades de gestão e organização do saber na sociedade.

Educação popular

O que hoje se denomina Educação popular tem suas raízes históricas e sociais no final da década de 50, início dos anos 60, quando havia no Brasil uma grande mobilização nacional por mudanças, por reformas de base, na cidade e no campo: reforma agrária, reforma sindical, reforma política, reforma da

educação. É quando a educação popular começa a ganhar dinamismo e projeção, marcada por ideais de intervenção social, de referência à justiça social e à democracia, de transformação da realidade das condições de vida de classes e grupos populares. Havia então um clima de debate sobre a teoria e a prática da educação popular e seu papel na transformação social: as referências teóricas e metodológicas propostas por Paulo Freire, pelo Movimento Popular de Cultura, pelos Centros Populares de Cultura — CPC's — da UNE — União Nacional dos Estudantes —, pelo MEB — Movimento de Educação de Base — e por tantas outras iniciativas voltadas para a valorização e fortalecimento da cultura popular.

Essa fase inicial da educação popular é interrompida pela intervenção militar e um período autoritário que dura 25 anos, até meados dos anos 80. A educação popular continua existindo, de forma mais discreta e local, abrangendo em sua filosofia, ideologia e prática não apenas a alfabetização ou o campo escolar, mas todas as intervenções junto aos grupos populares, no sentido de um trabalho educativo.

Nessa fase, dos anos 80, começa a ganhar visibilidade no país um conjunto de entidades cujas práticas são prioritariamente locais e voltadas para objetivos de assessoria aos movimentos sociais — as organizações não-governamentais - ONGs — que são privadas porém com atuação na esfera pública. Pode-se afirmar que parte considerável dessas organizações dão seqüência, com novos traçados, às iniciativas de educação popular de décadas anteriores, com propósito de contribuir na luta geral para a redemocratização do país e fortalecimento das organizações populares. A perspectiva é de produzir novos tipos de conhecimentos e democratizar informações.

Uma característica dessas organizações no período, em relação à educação popular, é que a assessoria aos movimentos e grupos populares passa a se realizar por conteúdos temáticos e especializações: orçamento público, formação sindical, produção alternativa no campo, ecologia, grupos minoritários, dentre outros. Soma-se à especialização temática, a preocupação com a profissionalização dos quadros das ONGs e sua tentativa de se organizar como campo institucional legitimado e com visibilidade na sociedade.

Os agentes das ONGs, para realizar seu trabalho de assessoria aos movimentos sociais, utilizam-se de teorias e métodos do conhecimento teórico e histórico, por meio de ações de mediação informacional e comunicacional, o que supõe o reconhecimento e o diálogo com outras formas de conhecer, de produzir informações e organizar a comunicação para a tomada de decisões nos movimentos e na intervenção social.

Muitos princípios da educação popular permanecem não apenas atuais como também pertinentes aos desafios que se impõem à ciência e à população na sociedade da informação. Dois aspectos, em especial, chamam a atenção nessa retomada, um teórico e o outro, operacional. Em primeiro lugar, com uma abordagem pedagógica, a educação popular preconiza a valorização do conhecimento popular, tema cuja discussão se mostra fundamental, atualmente, em uma sociedade que se baseia na informação — científica, tecnológica — mas não reconhece a informação produzida pela sociedade. Em segundo, uma vez reconhecido o saber popular, os diversos grupos e atores que compõem a sociedade civil podem produzir informações que proponham, incentivem ou modifiquem políticas públicas. Essas são as duas dimensões do conhecimento que se apresentam como contribuição da educação popular para a sociedade da informação: por um lado, esse conhecimento deve ser entendido como elemento de valoração humana

e pertencimento social; por outro, se mostra também como sinônimo de destreza, capacidade de lidar com a vida e as questões do cotidiano.

O movimento da educação popular, tendo uma relação mais profunda com a população, cria, inclusive, condições para a redefinição crítica da prática técnica em vários serviços de saúde, permitindo um modelo de atendimento mais integrado aos interesses populares. Vai configurando aos poucos, no Brasil, uma postura de relação entre os profissionais de saúde e a população, voltada para a geração de novos conhecimentos e novas formas de organização social. É o caminho para o surgimento da Educação Popular e Saúde.

O conhecimento social e a educação popular e saúde

Ao longo do tempo, desde os anos 70, as várias experiências de educação popular e saúde começaram por caminhos políticos, institucionais e pessoais diferentes entre si: as comunidades de base da Igreja Católica; os grupos de profissionais de saúde que tiveram suas práticas redirecionadas e ressignificadas pela luta dos movimentos populares. Outras iniciativas de EPS começaram pela ação de sindicatos de trabalhadores ou de prefeituras comprometidas com os interesses e dificuldades da população. Essa diversidade, no entanto, resulta de condições estruturais comuns relativas ao campo da saúde no país e seu entorno político, social e econômico, o que fez com que essas diferentes iniciativas viessem a formular certos princípios e práticas comuns ou semelhantes, que configuram uma nova forma de prestação de serviços de saúde pública, e de relação entre os profissionais e a população, o que representa uma ruptura com a tradição autoritária e normatizadora da educação em saúde.

A educação popular e saúde atua a partir de problemas de saúde específicos, ou de questões ligadas ao funcionamento em geral dos serviços. Busca entender, sistematizar e difundir as lógicas, os conhecimentos e os princípios que regem a subjetividade dos diferentes atores envolvidos, de maneira a tornar conscientes e explícitos os conflitos de interesses. Nas iniciativas de EPS, uma grande ênfase é dada aos instrumentos e meios de comunicação e informação que levem à ampliação dos canais de interação e de negociação, como as cartilhas, vídeos, rádios e televisões comunitárias, jornais, assembléias, reuniões, cursos.

A partir dessas práticas e posturas, a educação popular e saúde tem produzido, em ambientes e comunidades diversas, novos modos de encarar e solucionar problemas de saúde, baseados na integração entre o conhecimento científico e o conhecimento da população. Seguindo essa linha, a EPS se propõe a criar um estilo de participação popular e abrir caminho para que a ciência se aproxime do dia-a-dia das pessoas. (Vasconcelos, 1997)

A EPS acredita que a questão da informação e do conhecimento sobre saúde na sociedade tem sua expressão nas novas formas de articular os conhecimentos científico e popular – denominadas pelos atores sociais de *processos de construção compartilhada do conhecimento*, conceito que será aprofundado mais adiante.

O conhecimento oficial produzido no campo da saúde é extenso, acumulando um grande volume de dados sistematizados em amplos e sofisticados sistemas de informação sobre as condições de saúde da população. Entretanto, tais conhecimentos e informações estão orientados pela lógica universalista e positivista do conhecimento científico, da sua ruptura com o conhecimento de senso comum, do caráter onipotente da ciência e sua crença

resolutiva das questões sociais, sem percepção da enorme distância existente entre os conhecimentos científicos tal qual produzidos e a ação social.

Um dos eixos do questionamento sobre o saber produzido no campo da saúde é o repasse das informações à população, uma vez que, tanto do lado da pesquisa científica quanto das experiências de vida da população, existe um acúmulo de informações e conhecimentos. A partir daí, diversas perguntas são formuladas: que parcelas do conhecimento científico interessam aos setores que se encontram sem proteção contra as doenças? Não seria necessário saber como esses setores constroem seu conhecimento para poder fazer uma seleção dos conhecimentos com os quais os profissionais de saúde trabalham? Onde estaria a ponte entre o emissor e o receptor? Aliás, há apenas transmissor e receptor em mão única, ou a mão é dupla? O que é que os setores populares da sociedade organizada oferecem? O que é que se procura com essa discussão? Basta conhecer a realidade dessas populações para poder facilitar a transmissão, ou é mais do que isso? A questão é de facilitar, simplificar a mensagem, ou é de possibilitar a construção de um outro conhecimento que é resultado de uma relação desigual das duas partes? (Valla, 1993, p. 87)

Uma questão básica para a educação popular e saúde é se o conhecimento é um componente essencial na luta contra as doenças. Pergunta-se: de que conhecimento se trata? É o conhecimento necessário, por exemplo, para não morrer de dengue porque se ensina e se aprende a não manter água parada em casa e tampar as caixas d'água? Ou é um conhecimento que produz esse resultado mas que coloca a questão da verba pública, do saneamento básico e da contratação e demissão de técnicos como questões essenciais para frear as sucessivas epidemias de dengue?

Para o conhecimento produzir sentido e orientar decisões e ações no campo das questões da saúde da população, é importante fundar e organizar processos de construção compartilhada do conhecimento, o que não resultará em amálgama, mas em composições contraditórias e provisórias entre o conhecimento teórico, histórico, médico e o conhecimento popular. Estes processos se sustentam em dois pressupostos principais. Primeiro, na existência de múltiplas e diversas formas de conhecer, e no caráter social de cada uma e de todas essas maneiras de produzir, gerir e disseminar conhecimentos e informações. Segundo, no reconhecimento da desigualdade nas condições de produção e nas maneiras de representar e expressar as cosmovisões próprias aos sujeitos especialistas do conhecimento científico e aquelas dos sujeitos das classes populares.

É preciso então reconhecer que a educação popular e saúde atua numa arena de disputa simbólica, em que estão presentes formas discursivas diversas e conflitantes entre si, por meio das quais revela-se a polifonia de vozes do Estado, da ciência, do mercado, das entidades civis, dos grupos comunitários, das lideranças dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais e suas redes

A partir dos anos 60, convergindo com o desenvolvimento da educação popular, no Brasil e na América Latina, movimentos sociais e organizações da sociedade civil em geral, ligados a estudantes, trabalhadores ou às chamadas *minorias sociais* chamaram a atenção, através da prática, para um novo tipo de conhecimento, produzido pela própria sociedade, no cotidiano das pessoas. Nascido fora dos ambientes da ciência e da academia, esse novo conhecimento,

vinculado à ação, representou uma outra via de conhecer e intervir na realidade, conflitando com o modelo até então vigente de conhecer, baseado em uma visão pedagógica que colocava, de um lado, os cientistas e intelectuais, senhores do conhecimento, e, do outro, os leigos, não alfabetizados ou não iniciados, prontos para *aprender* com aqueles que detinham o saber. Os movimentos sociais organizados foram os que melhor trabalharam, aplicando na luta cotidiana e na construção teórica, o conhecimento prático (Wainwright, 1998) nos meandros da cultura informacional construída pela modernidade ocidental, que separa e delimita grupos de produtores e de receptores de informações, no contexto de um mercado de bens simbólicos em que as informações têm pesos e tarifas diferenciados, dependendo dos ambientes e regimes discursivos por onde são produzidos.

Começou-se, então, a perceber que as formas de conhecimento cotidiano, implícitas nos sentimentos e habilidades da população na vivência prática dos seus problemas, deveriam ser levadas em conta, juntamente com o conhecimento profissional médico e educacional, por exemplo, no debate e formulação das políticas públicas.

Trata-se de uma conquista histórica dos movimentos sociais, na medida em que se compreendem os espaços de construção do conhecimento como espaços *políticos* nos quais se encontram e desencontram demandas provenientes dos atores sociais e as exigências do sistema. Mais do que isso, como parte do espaço público no qual podem ocorrer a participação e a representação das identidades coletivas, na condição de que permaneçam como espaços abertos ao confronto e à negociação de interesses. Para tanto, tais espaços, construídos no âmbito dos movimentos sociais e de suas redes, devem preservar a autonomia da função que desenvolvem, funcionando como motores da elaboração crítica, da pesquisa e da intervenção, e não puro reflexo da prática social.

O acesso a conhecimentos e informações significa a possibilidade de agir com *conhecimento de causa* e não *pela cabeça dos outros*, sobretudo nas sociedades orientadas pelo modelo racional de conhecer, nomear e interagir com a realidade. Nesse sentido, o conhecimento é percebido na teoria e na prática da educação popular como atividade não neutra do ponto de vista da proposta social que os movimentos têm em vista e querem constituir. Trata-se de um conhecimento que não é sinônimo de ciência, mas sim fruto de diversos modos de produção do saber.

Agora, diante dos desafios impostos pelo mundo globalizado, a sociedade civil, especialmente representada pelos movimentos sociais, tem buscado novas formas de se organizar e não apenas propor como também pôr em prática projetos de mudança social (Scherer-Warren, 1999). Numerosos estudos, nas últimas décadas, têm mostrado essas mudanças no perfil e na dinâmica dos movimentos sociais, que estariam mais voltados para as *condições de vida da população* do que propriamente para o campo da produção. Esses estudos apontam para a organização em redes de movimentos sociais como a forma mais contemporânea de manifestação da sociedade civil.

Nas análises mais recentes, portanto, vem sendo empregado o enfoque das redes para a leitura mais abrangente dos elementos constitutivos desses novos movimentos, como o papel dos atores que os organizam e orientam; a coordenação social ou constituição dos movimentos e as dificuldades de organizar uma coletividade de pessoas de modo não-hierárquico; e o problema da estratégia política ou orientação para a mudança.

As redes são espaços privilegiados de produção e troca de conhecimento e informação e colocam os atores sociais, movidos por um tipo de participação cidadã, como condutores dos processos de mudança social (Scherer-Warren, 1999). Essa nova face dos movimentos os caracteriza como ações de exigência de atendimento de novas necessidades e, portanto, como lutas pela ampliação do acesso ao espaço político e aos benefícios do desenvolvimento econômico.

Nesse novo perfil, a reivindicação de políticas sociais continua sendo necessária e justa, mas não é mais a única estratégia dos movimentos. Pensa-se em um caminho complementar, de solução autônoma dos problemas por parte da sociedade, já que o Estado deixa de ser provedor e se mostra inoperante ou ausente. Esse novo tipo de relação da sociedade com o Estado, no Brasil, afeta diretamente os serviços públicos prestados às classes populares, como os serviços de saúde. Como alternativa de sobrevivência, desenvolvem-se, a partir das redes sociais já existentes, redes de solidariedade.

Uma das formas de manifestação dessas redes sociais de solidariedade, especialmente na área da saúde, é o chamado apoio social, definido como qualquer informação e/ou auxílio material que pessoas e grupos próximos oferecem, entre si, e que resulta em efeitos positivos, sejam emocionais ou comportamentais. Essa idéia ajuda a demonstrar que, nas classes populares, as propostas alternativas aos sistemas formais — que não atendem às suas necessidades — são coletivas, criadas a partir de suas condições de vida.

O fortalecimento da sociedade civil aparece como alternativa mais aberta aos problemas sociais e à reelaboração de novas formas de relação entre sociedade e Estado. É necessário levar em conta a visão das pessoas e coletividades sobre os seus problemas, e as soluções que constroem.

Construção compartilhada do conhecimento

A construção compartilhada do conhecimento é um conceito e, ao mesmo tempo, um caminho metodológico nascido da busca por um novo paradigma teórico-epistemológico para se compreender e se efetivar a relação entre acadêmicos, intelectuais, técnicos e representantes do poder público com a população. Sob essa denominação, grupos ligados à educação popular e saúde discutem metodologias científicas, didáticas e estratégicas que facilitem a apropriação social do conhecimento.

Os processos de construção compartilhada do conhecimento derivam de uma discussão histórica no Brasil e na América Latina sobre participação popular, idéia na qual está implícita uma concepção de sociedade diferente daquela em que um grupo letrado traça o caminho que deve ser seguido pelas classes populares. Define-se aqui participação popular como as diversas ações que diferentes setores da sociedade civil podem exercer para influenciar na formulação, execução, fiscalização e avaliação de políticas públicas e serviços, como saúde e educação. Mais do que isso, a participação popular pode significar ações de pressão social para conquistas de mudanças necessárias.

Nos caminhos que vêm sendo traçados no campo da educação popular e saúde, entende-se que, paralelamente à reivindicação de uma política mais coerente e inclusiva por parte dos governantes, é preciso que os chamados mediadores — intelectuais, técnicos, políticos — estabeleçam categorias e novas

formas de diálogo com a população, um diálogo aberto para o ensinar e o aprender, mas, sobretudo, para o construir junto.

Dessa forma, no cerne da questão que envolve as relações entre agentes de saúde e usuários, por exemplo, está a relação entre Estado e Sociedade. Para se criar uma sociedade mais justa tanto quanto para que os serviços públicos atendam às reais necessidades da população, é fundamental levar em conta o que as pessoas pensam sobre seus próprios problemas e que soluções apontam.

Em geral, as dificuldades que surgem nesse processo de mediação devem-se muito mais à postura dos profissionais de saúde do que propriamente a questões técnicas, como aquelas ligadas à linguagem e ao vocabulário, por exemplo. Os problemas são resultado, principalmente, da dificuldade de se aceitar e compreender como útil e válido um conhecimento produzido, organizado e sistematizado no âmbito da experiência de pessoas humildes e excluídas do sistema formal de ensino, um ambiente tão diferente daquele em que foram formados esses profissionais. A tendência é que se julguem inferiores saberes que são apenas diferentes, elaborados por meio da experiência concreta. Trata-se, portanto, de uma *crise de interpretação*, que pode assim ser lida do ponto de vista de Foucault (1979):

"o que os intelectuais descobriram é que as massas não têm necessidade deles para saber; sabem claramente, perfeitamente, muito melhor do que eles; e o afirmam extremamente bem. Porém existe um sistema de poder que obstaculiza, que proíbe, que invalida este discurso e este saber. Poder que não está somente nas instâncias superiores da censura, mas que se funde mais profundamente, mas sutilmente em toda a malha da sociedade".

Tanto o poder público como os profissionais de saúde e representantes de ONGs ou do campo acadêmico não têm conseguido compreender a fala da população. Ainda que seja ouvida, essa fala está sempre classificada como a do *outro*, que, não detendo o conhecimento formal, socialmente reconhecido, não segue uma lógica de discurso e, portanto, não faz muito sentido. Não havendo diálogo, cria-se o impasse.

Gramsci (1984) apontou essas dificuldades primárias sem relação ao conteúdo da fala do *outro*. Segundo ele, o conhecimento do senso comum, próprio das classes populares, por ser formado na experiência de vida, traz consigo, como não poderia deixar de ser, contradições e certezas adquiridas a partir do discurso hegemônico que sustenta a sociedade. Nessa vivência transformada em saber, há tanto convicções que ajudam a manter o *status quo* quanto desejos e ideais transformadores e revolucionários. Reconhecer o potencial desse conhecimento que o povo possui significa um caminho para modificar as relações de poder.

A idéia de construção compartilhada do conhecimento baseia-se na premissa de que somente tentando compreender as condições de vida e os locais de fala dos grupos populares torna-se possível não cair em estereótipos e errôneas categorias de identidade e consciência social, estabelecidas *a priori*. Há que se considerar, então, que a educação popular em saúde é um grande campo de tensões, que produz e é produzido por tempos históricos e abordagens distintas. Não há homogeneidade, unidade, consenso. A educação popular, com outros espaços de produção simbólica e ação política, situa-se em cenário onde o novo eixo de poder é o conhecimento.

Terceiro conhecimento

Como, por que, onde classificar, organizar, registrar e formar estoques de conhecimentos? A quem é dada essa delegação? Mestres, mediadores, adaptadores, criadores, especialistas. Nomes, pessoas, instituições, lugares de aprendizagem que não formam propriamente um sistema, mas bem uma rede, um caleidoscópio mutante, tecido compósito, amalgamado, costurado com remendos, costuras, nervuras, cores. Pensar assim o conhecimento, como composição, e não simples discurso ou informação que parte da fonte ao receptor, em processo linear de comunicação, é uma primeira abertura para a leitura do mundo das práticas e dos sentidos construídos coletivamente, nas redes sociais. Daí deriva o conceito de terceiro conhecimento.

Nas práticas da intervenção, nas redes sociais, nos movimentos, os agentes lutam pela construção de uma outra epistemologia social, menos excludente, no contexto de realidades precárias e desumanas vividas pelas populações postas à margem do processo de desenvolvimento econômico e social. O conhecimento produzido nas redes que se organizam nesses espaços da sociedade, tanto pelo modo de produção como pela sua natureza, é apropriável pela população, como elemento estratégico em suas lutas.

É a partir do estudo desses processos de luta material e simbólica pela sobrevivência e a melhoria social que se elabora, nos estudos da antropologia da informação, o conceito de terceiro conhecimento.

O *terceiro* em questão faz passagem por processos de aprendizagem e apropriação do conhecimento especializado, técnico-científico, do conhecimento histórico, da informação da mídia, daqueles extraídos das falas de especialistas de organizações não-governamentais. Por leituras narradas das experiências e histórias exemplares de vida, fonte de produção do senso comum ou *conhecimento popular*.

O *terceiro* não se produz, assim, por média simples de dois fatores em estado puro — o conhecimento erudito ou o popular — porque cada parte que se articula para a sua construção é ela mesma um campo compósito de sentidos, discursos, interesses, informações. Um campo, o da emergência do terceiro conhecimento, em permanente tensão, onde diversas vozes, fontes de informação, políticas de conhecimento, se confrontam em busca de hegemonia. Não há propriamente um *sentido original*, porque cada lugar de comunicação está permeado por outros lugares.

A articulação entre os saberes técnico e popular sobre saúde, no caso, não é um encontro amistoso entre duas formas de produzir conhecimento, mas um agir comunicacional permeado por sentidos múltiplos, onde cada ator maneja como pode e como sabe os seus recursos simbólicos, lingüísticos e informacionais.

Os conhecimentos e as linguagens dos agentes populares estão permeados por textos e informações diversos: da mídia, da tradição, da superstição, da escola, dos serviços e profissionais de saúde, entre tantos outros. O lugar de cada agente no *sistema de posições sociais*, como estuda Bourdieu, agrega sinais do seu espaço de pertencimento e orienta o prisma multifacetado da sua visão da realidade e do seu papel social. Por outro lado, o discurso e os conhecimentos de um especialista do meio acadêmico são também configurações multidimensionais, incorporando as lutas que ocorrem no campo científico, as informações circulantes no seu ambiente acadêmico e social, as particularidades existenciais e situacionais das práticas sociais.¹

¹ Para o desenvolvimento do conceito de terceiro conhecimento, têm sido valiosas e produtivas as discussões no Grupo de Trabalho Estratégias e Políticas de Comunicação, da COMPOS- Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

Idéia que vem sendo elaborada pela antropologia da informação, ao longo da prática de pesquisa junto aos especialistas e às lideranças e grupos populares que compõem as redes sociais que se orientam pelos princípios da educação popular e saúde, o terceiro conhecimento é uma categoria analítica e, ao mesmo tempo, um operador empírico utilizado para estudar uma modalidade de saber produzida pelas interpelações que se fazem as diferentes formas de conhecimentos atuantes nas práticas de intervenção social. Como uma categoria construída por uma linha de pesquisa que trabalha interdisciplinarmente, especialmente com os grupos da EPS, ela compartilha uma mesma base de questões, teorias e metodologias com a idéia de *construção compartilhada do conhecimento*.

A formulação teórica e metodológica do terceiro conhecimento está assentada no pressuposto de que toda forma de conhecimento é social e historicamente condicionada. Assim sendo, os significados presentes nos pontos de vista, nos discursos, emergem a cada vez de determinada situação social. Nesta, diferentes discursos, linguagens, visões de mundo disputam o monopólio da palavra e da verdade legítimas, por meio de disputas simbólicas entre diferentes formas de conhecer e nomear a realidade, tão diversas quanto são as condições sociais, econômicas e culturais dos seus portadores ou portavozes. O terceiro é o lugar, o momento da mescla, do estranhamento, da informação no sentido da difusão, mas principalmente da invenção, do movimento que aproxima conhecimento e ação social.²

O terceiro conhecimento não é um produto ou conhecimento diferente daqueles que lhe deram expressão. Nem mesmo é uma *nova informação*. É mais um construto de ordem prática e simbólica, que permite às comunidades uma destreza técnica para lidar com questões práticas do cotidiano e, muito mais, um meio de valorização e fortalecimento dos elos de apoio social e das capacidades inventivas dos agentes. Também é forma de construção de uma *nova epistemologia*, pelo intercruzamento de saberes e práticas, que revela o lugar ético-político do conhecimento científico. É composto por ingredientes como subjetividades, tempos, espaços, histórias e memórias próprios de cada um dos agentes que atuam nas redes, e funciona na dimensão da apropriação dos conhecimentos para a transformação social.

Conclusões

A informação é um instrumento poderoso para o conhecimento e a ação nas questões da saúde, do ponto de vista social e político. Por isso mesmo, a forma como se constrói a informação é decisiva para definir as imagens da realidade, suas construções simbólicas e, conseqüentemente, o tipo de uso que se poder fazer dos dados.

O modelo utilitarista de oferta informacional oriundo da ciência moderna, orientada para dar respostas instrumentais e imediatas às questões humanas, necessita de uma visão do conhecimento na sociedade que incorpore suas formas locais de produção, organização e apropriação. Se a informação é veículo e ferramenta para a intervenção social, então ela expressa os interesses em jogo em cenário sócio-político e revela novos conhecimentos que se constroem a partir da prática, os quais nem sempre são conscientes para aqueles que desenvolvem a intervenção.

Nas formas de se organizar e pensar, os movimentos sociais, em especial aqueles da área da saúde, vêm demonstrando o valor de se compartilhar o

² Para uma leitura mais ampliada do construto teórico terceiro conhecimento, consultar Marteleto, Regina M., 2000; para uma leitura metodológica, ver Marteleto, Regina M., 2001.

conhecimento cotidiano e testar seus pontos-de-vista com os do conhecimento teórico. Tematizando a vivência prática de seus problemas, eles geram ações de intervenção social e estratégias de vida e se posicionam nas suas lutas e reivindicações ao poder público.

Os construtos *construção compartilhada do conhecimento* e *terceiro conhecimento*, ambientados na teoria, métodos e práticas da educação popular e saúde e da antropologia da informação, servem tanto para a realização de tarefas interpretativas que objetivam as experiências vividas localmente nas redes sociais, quanto para situar os teóricos e práticos da intervenção em saúde em lugar distinto enquanto sujeitos do conhecimento social. Este último funciona logo como saber interpretativo que permite descobrir os sentidos das experiências e a passagem do *concreto vivido* ao *concreto pensado*. Essas duas áreas têm procurado operar, de maneira compartilhada, a tradução da lógica do senso comum, o que não significa remoldar os modos de expressão dos agentes sociais, mas sim confrontar as lógicas implícitas em cada forma de conhecimento atuante no cenário da intervenção social.

Information and popular education: The social knowledge in the health field

In Brazil, as in many Latin American countries, social movements and networks, entities, community leaders, NGOs and other representative instances of society have been doing, based on their own practice, a critique of the current model of knowledge. They have built new production spaces, discussed and disseminated a type of knowledge which is generated and justified by practice, namely social knowledge. Following this trend, representatives of society relied on the assistance of intellectuals from different fields as universities, churches, political parties, labor unions, which were oriented, in their ideas and practices, by the assumptions of popular education. Along their history and social intervention experience, such group of actors produced, in a particular manner, a specific way of managing knowledge and of organizing communication and information flows. They have relied on assumptions and concepts of shared generation of knowledge and of third knowledge, originated from the areas of popular education and of anthropology of information, respectively, to reflect on the symbolic disputes that take place in such social spaces in the health area.

Keywords: Knowledge; Social knowledge; Information and society; Health information

Referências

BARNECHEA, María Mercedes. Metodología de sistematización para la producción de conocimientos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AVALIAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS. *Anais...* São Paulo: Fundação ABRINQ, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JARA, Oscar H. El aporte de la sistematización a la renovación teórico-práctica de los movimientos sociales. In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE SISTEMATIZACIÓN DE PRÁCTICAS DE ANIMACIÓN SOCIOCULTURAL Y PARTICIPACIÓN CIUDADANA EN AMÉRICA LATINA. *Anais...* Medellín, Colombia: Fundación Universitaria Luis Amigó y el CEAAL, 1998.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais — aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília: v. 30, n.1, p. 71-81, 2001.

_____. Redes e configurações de comunicação e informação: construindo um modelo interpretativo de análise para o estudo da questão do conhecimento na sociedade. *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información*, México: v.14, n.29, p. 69-94, julio/diciembre, 2000

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

_____. Euforia tecnológica e malestar en la teoría. *Diálogo de la Comunicación*. Lima: 1999, p. 41-52. In: DROZCO, G.; MARTÍN-BARBERO, J. *Comunicación y prácticas sociales: las prácticas en el contexto comunicativo*. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*. Bogotá: n. 62, jun. 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TORO, José Bernardo A.; RODRIGUEZ, Martha C. G. *La comunicación y la movilización social en la construcción de bienes públicos*. Bogotá: Banco Interamericano de Desarrollo, 2001.

VALLA, Victor V. A construção desigual do conhecimento e o controle social dos serviços públicos de educação popular e saúde. In: VALLA, Victor V. & STOTZ, Eduardo N. *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 69-100.

VALLA, Victor V.; GARCIA, Regina L. *A fala dos excluídos*. Cadernos Cedes. A fala dos excluídos. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cadernos de Saúde Pública*, suplemento 2, Rio de Janeiro: v.14, p. 7-18, 1998.

_____. Globalização e saúde no Brasil: a busca de sobrevivência pelas classes populares via questão religiosa. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão (Org.). *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede educação popular e saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. *Educação popular nos serviços de saúde*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

WAINWRIGHT, Hilary. *Uma resposta ao neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ZUTTER, Pierre de. A produção do conhecimento a partir da prática social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AVALIAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS. *Anais...* São Paulo: Fundação ABRINQ, 2002